

COMPANHIA ENERGÉTICA DO JARI - CEJA

Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

CNPJ nº 03.581.989/0001-62
NIRE nº 35 300 175 620

Endereço: Rua Paschoal Apóstolo Pítsica, 5064 - Agronômica - Florianópolis - SC - CEP 88025-255

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da Companhia Energética do Jari - CEJA ("Jari" ou "Companhia") tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 31.12.2025. As informações estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

1. Perfil Institucional

A Jari é uma sociedade anônima cujo objeto social é a operação do empreendimento para geração e comercialização de energia elétrica. A Companhia detém autorização outorgada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para explorar a Usina Hidrelétrica Santo Antônio do Jari, com vigência até outubro de 2045.

A Usina está localizada no Rio Jari, entre os municípios de Laranjal do Jari, Estado do Amapá, e Almeirim, Estado do Pará, com capacidade instalada de 393,0 MW e energia assegurada de 211,3 MW médios.

A Companhia não possui empregados e sua administração é realizada pela ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE Brasil Energia" ou "ENGIE"), que cobra os seus honorários mediante contrato de prestação de serviços e reembolso das despesas com o pessoal.

2. Controle Acionário

A totalidade do capital social da Companhia pertence à ENGIE Brasil Energia. Sediada em Florianópolis, a ENGIE é uma plataforma de investimentos em infraestrutura em energia, atuante nas atividades de geração centralizada, transmissão e *trading* de energia elétrica. Atua ainda indiretamente no segmento de transporte de gás, por meio de participação societária na Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG.

Em 21.03.2025 o Conselho de Administração da ENGIE aprovou a assinatura do Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças ("Contrato"), celebrado entre a ENGIE, na qualidade de compradora, e a EDP Energias do Brasil S.A. ("EDP") e China Three Gorges Energia S.A. ("CTG"), na qualidade de vendedores, para aquisição da totalidade das ações de emissão da Companhia Energética do Jari - CEJA e da Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão S.A., que englobam a Usina Hidrelétrica Santo Antônio do Jari e a Usina Hidrelétrica Cachoeira Caldeirão.

A operação de aquisição da Companhia pela ENGIE foi concluída em 13.08.2025, após cumprimento das condições precedentes.

3. Ambiente Macroeconômico

Em 2025, a economia global cresceu de forma moderada, sustentado pelo crescimento dos emergentes, principalmente da Índia e China, e pela economia dos Estados Unidos, impulsionados por investimentos em tecnologia e inteligência artificial. A inflação continuou desacelerando e permitiu algum alívio monetário, embora riscos como protecionismo e fragilidades fiscais de emergentes tenham permanecido.

No Brasil, o PIB registrou ritmo inferior ao apresentado no ano anterior, apoiado pelo desempenho da agropecuária, pela resiliência do mercado de trabalho e pela sustentação do consumo das famílias. Por outro lado, os setores mais sensíveis ao ciclo econômico foram limitados pelos juros elevados e pelo menor impulso fiscal. A inflação encerrou o ano em 4,2%, acima da meta, mas em convergência, favorecida pela valorização do real, com a taxa de câmbio caindo para R\$ 5,50.

4. Desempenho Operacional

Em 2025 a geração bruta da Companhia foi de 1.713,7 GWh, desempenho 18,9% superior à observada em 2024, que foi de 1.441,7 GWh. O índice de disponibilidade, considerando-se as paradas programadas, atingiu 94,01%. Importante destacar que a Usina passou a compor o portfólio de ativos da ENGIE a partir do 3º trimestre de 2025.

5. Desempenho Econômico-Financeiro

Indicadores de resultado	2025	2024	Varição	Varição %
Receita operacional líquida	394.505	353.241	41.264	11,7
Lucro bruto	216.389	234.416	(18.027)	(7,7)
Resultado do serviço (Ebit)	215.925	219.185	(3.260)	(1,5)
Ebitda (Lajida) ¹	271.251	271.445	(194)	(0,1)
Resultado financeiro	(19.480)	(27.703)	8.223	(29,7)
Lucro líquido do exercício	274.760	183.924	90.836	49,4

¹ Ebitda (Lajida): lucro líquido + resultado financeiro + depreciação

Comentário sobre as principais variações

Receita operacional líquida: o aumento foi motivado pelo maior volume de operações no mercado de curto prazo e reajuste financeiro anual do contrato de suprimento de energia.

EBITDA: a redução é motivada, pelo efeito líquido do aumento da receita operacional líquida e o custo da energia vendida.

Resultado financeiro: a redução é proveniente, substancialmente, do aumento da renda de aplicações financeiras.

Lucro líquido do exercício: aumento motivado pela combinação dos efeitos anteriormente citados, líquidos dos tributos sobre o lucro.

6. Direitos dos Acionistas

O detentor de cada ação ordinária tem direito de voto em assembleia geral ordinária ou extraordinária; de receber dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 10% do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei das Sociedades Anônimas; de fiscalizar a administração da Companhia, nos termos do Estatuto Social; e de retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

7. Serviços de Auditoria

A Companhia informa que os auditores independentes da Companhia, Ernst & Young Auditores Independentes S.S. Ltda., não prestaram serviços não relacionados à auditoria independente em 2025.

8. Agradecimentos

A Administração da Companhia agradece a contribuição de seus fornecedores, clientes, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e a todos aqueles que contribuíram para o desempenho da Companhia no ano de 2025.

A Administração

COMPANHIA ENERGÉTICA DO JARI - CEJA
CNPJ Nº 03.581.989/0001-62 | NIRE Nº 35 300 175 620
BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
 (Em milhares de reais)

ATIVO			
	Nota	31.12.2025	31.12.2024
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	219.738	97.839
Contas a receber de clientes	5	47.050	45.960
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		17.586	16.151
Prêmio de risco a apropriar - repactuação do risco hidrológico	6	2.294	2.294
Outros ativos circulantes		8.247	9.763
		294.915	172.007
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo			
Depósitos vinculados	7	19.280	26.730
Prêmio de risco a apropriar - repactuação do risco hidrológico	6	5.161	7.455
Outros ativos não circulantes		1.403	1.727
		25.844	35.912
Imobilizado	8	972.675	995.170
Intangível	9	395.494	418.273
		1.394.013	1.449.355
TOTAL		1.688.928	1.621.362
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	Nota	31.12.2025	31.12.2024
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores	10	107.316	113.924
Financiamento	12	56.032	50.801
Dividendos e juros sobre capital próprio	17	113.840	42.276
Concessões a pagar (Uso de Bem Público)	13	3.010	2.950
Imposto de renda e contribuição social	15	14.699	4.600
Outros passivos circulantes		20.367	21.719
		315.264	236.270
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Financiamento	12	243.037	294.503
Concessões a pagar (Uso de Bem Público)	13	31.671	32.719
Provisões para contingências	14	762	720
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	689	107.613
Outros passivos não circulantes		841	3.593
		277.000	439.148
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	16		
Capital social		650.824	650.824
Reservas de lucros		445.840	295.120
		1.096.664	945.944
TOTAL		1.688.928	1.621.362

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO JARI - CEJA
CNPJ N° 03.581.989/0001-62 | NIRE N° 35 300 175 620
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
 (Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	18	394.505	353.241
Custos da energia vendida			
Depreciação e amortização	8/9	(55.326)	(32.925)
Encargos de uso da rede elétrica e conexão		(47.476)	(38.284)
Energia elétrica comprada para revenda		(35.654)	(28.224)
Compensação financeira na utilização de recursos hídricos		(13.964)	-
Materiais e serviços de terceiros		(13.391)	(10.704)
Pessoal		(7.483)	(8.125)
Outros custos operacionais		(4.822)	(563)
		(178.116)	(118.825)
LUCRO BRUTO		216.389	234.416
Despesas operacionais			
Despesas com vendas, gerais e administrativas		(454)	(23.312)
Outras (despesas) e receitas operacionais, líquida		(10)	8.081
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		215.925	219.185
Resultado financeiro			
Renda de aplicações financeiras		20.645	12.021
Renda de depósitos vinculados		91	106
Juros e variação monetária sobre financiamento	12	(32.910)	(31.749)
Juros e variação monetária sobre concessões a pagar	13	(2.069)	(4.421)
Encargos sobre tributos		(3.060)	(41)
Provisões		(20)	975
Outras despesas financeiras, líquidas		(2.157)	(4.594)
		(19.480)	(27.703)
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		196.445	191.482
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	19	(28.610)	(10.321)
Diferido	15	106.925	2.763
		78.315	(7.558)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		274.760	183.924

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
 (Em milhares de reais)

	2025	2024
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	274.760	183.924
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	274.760	183.924

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO JARI - CEJA
CNPJ Nº 03.581.989/0001-62 | NIRE Nº 35 300 175 620
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	Reservas de lucros				Lucros acumulados	Total
		Capital social	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva de retenção de lucros		
Saldos em 31.12.2023		650.824	36.879	124.054	77.472	-	889.229
Dividendos adicionais		-	-	-	(77.472)	-	(77.472)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	183.924	183.924
Destinações propostas à AGO:							
- Reserva legal		-	9.196	-	-	(9.196)	-
- Reserva de incentivos fiscais		-	-	31.225	-	(31.225)	-
- Juros sobre o capital próprio (JCP)		-	-	-	-	(49.737)	(49.737)
- Dividendos adicionais propostos		-	-	-	93.766	(93.766)	-
Saldos em 31.12.2024	16	650.824	46.075	155.279	93.766	-	945.944
Dividendos adicionais	17	-	-	-	-	(33.624)	(33.624)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	274.760	274.760
Juros sobre o capital próprio (JCP)	17	-	-	-	-	(68.000)	(68.000)
Destinações propostas à AGO:							
- Reserva legal		-	13.738	-	-	(13.738)	-
- Reserva de incentivos fiscais		-	-	36.861	-	(36.861)	-
- Dividendos mínimos obrigatórios	17	-	-	-	-	(22.416)	(22.416)
- Dividendos adicionais propostos		-	-	-	100.121	(100.121)	-
Saldos em 31.12.2025	16	650.824	59.813	192.140	193.887	-	1.096.664

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO JARI - CEJA
CNPJ Nº 03.581.989/0001-62 | NIRE Nº 35 300 175 620
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	196.445	191.482
Conciliação do lucro com o caixa das operações:		
Depreciação e amortização	55.326	32.925
Juros e variação monetária	32.910	31.749
Despesas de concessões a pagar (Uso de Bem Público)	2.069	4.421
Renda de depósitos vinculados	(91)	(106)
Outros	1.425	22.500
Lucro antes dos tributos ajustado	288.084	282.971
(Aumento) redução nos ativos		
Contas a receber de clientes	(1.090)	(114)
Impostos a recuperar	(1.435)	(9.933)
Depósitos vinculados	(6.346)	(5.748)
Prêmio de risco a apropriar - repactuação do risco hidrológico	2.294	2.293
Outros ativos	1.840	404
(Redução) aumento nos passivos		
Fornecedores	(6.608)	2.188
Obrigações fiscais	(20.996)	6.429
Outros passivos	10.901	(1.015)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	266.644	277.475
Pagamento de juros sobre financiamento	(24.829)	-
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(9.111)	(10.338)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	232.704	267.137
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aplicação no imobilizado e no intangível	(10.052)	(22.857)
Pagamento de parcelas de concessões (Uso de Bem Público)	(3.057)	-
Caixa líquido das atividades de investimento	(13.109)	(22.857)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de financiamento	(54.316)	(82.185)
Pagamento de juros sobre capital próprio, líquido de imposto de renda	(42.276)	(137.384)
Pagamento de depósitos vinculados	(1.104)	(1.975)
Caixa líquido das atividades de financiamento	(97.696)	(221.544)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	121.899	22.736
Conciliação do caixa e equivalentes de caixa		
Saldo inicial	97.839	75.103
Saldo final	219.738	97.839
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	121.899	22.736
Transações que não envolveram caixa e equivalente de caixa:		
Crédito de imposto de renda e contribuição social	1.239	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO JARI - CEJA
CNPJ Nº 03.581.989/0001-62 | NIRE Nº 35 300 175 620
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de maneira diferente)

NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Energética do Jari - CEJA ("CEJA" ou "Companhia"), com sede no município de Florianópolis, estado de Santa Catarina (SC), foi constituída em 28.08.2004, com prazo de duração indeterminado. A Companhia tem como objeto social a implantação e exploração do potencial hidrelétrico da Usina Hidroelétrica Santo Antônio do Jari e a comercialização da energia elétrica gerada por tal usina, assim como a realização de qualquer outro serviço que possa, total, ou parcialmente, estar ligado ao seu objeto social.

A Companhia detém autorização para explorar a UHE Santo Antônio do Jari ("Usina"), a qual está localizada no rio Jari, entre os municípios de Almeirim, no estado do Pará (PA), e Laranjal do Jari, no estado do Amapá (AP). A Usina possui capacidade instalada de 393 MW¹ e garantia física de 211 MW médios. Em 17.09.2014, a Aneel autorizou o início da operação comercial da Usina.

A Companhia não possui colaboradores e os seus administradores renunciaram ao direito de receber qualquer remuneração. A administração da Companhia é conduzida pela controladora, ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE Brasil Energia" ou "EBE"), com o qual mantém contrato de prestação de serviços.

NOTA 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base na continuidade operacional e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), sendo utilizado o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, e o real como moeda funcional.

Essas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras ora apresentadas foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 27.03.2026.

a) Continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

As principais bases de julgamento utilizadas para tal conclusão são: (i) principais atividades decorrentes de autorização de longo prazo; (ii) patrimônio líquido expressivo; e (iii) forte geração de caixa operacional, inclusive com capacidade financeira para quitação de compromissos assumidos junto a instituições financeiras. Assim, conforme o Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

¹ As informações não financeiras contidas nessas demonstrações financeiras como MW, MW médio, potência instalada, entre outros, não são auditadas pelos auditores independentes.

NOTA 3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Instrumentos financeiros

a.1) Caixa e equivalentes de caixa

São compostos pelos numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor. Tais aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, sendo mensuradas ao valor justo na data das demonstrações financeiras. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

a.2) Contas a receber de clientes

São reconhecidas quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, ou seja, se fizer necessário apenas o transcorrer do tempo para sua ocorrência. São registradas inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensuradas pelo custo amortizado.

a.3) Depósitos vinculados

São mantidos para atendimento às exigências legais e contratuais. São contabilizados inicialmente pelo valor depositado e, posteriormente, pelo custo amortizado.

a.4) Fornecedores

São mantidos para atendimento às exigências legais e contratuais. São contabilizados inicialmente pelo valor depositado e, posteriormente, pelo custo amortizado.

a.5) Financiamento

O financiamento é reconhecido inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas captações e, posteriormente, são mensuradas pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva.

a.6) Concessões a pagar (Uso do Bem público - UBP)

Correspondem às obrigações financeiras contratuais de pagamentos pela outorga onerosa da concessão de usinas hidrelétricas. Foram registradas inicialmente pelo valor presente das parcelas a pagar ao longo do prazo da concessão e, subsequentemente, pelo custo amortizado com base na taxa de juros utilizada para o cálculo do valor presente.

b) Imobilizado

Os ativos que compõem o imobilizado estão registrados ao custo de aquisição ou de construção. Os custos dos ativos imobilizados são deduzidos das depreciações acumuladas e das provisões para redução ao valor recuperável do ativo (*impairment*), quando aplicável. Os componentes de determinados ativos que são substituídos periodicamente ao longo da vida útil econômica do ativo são reconhecidos como ativos separados e depreciados pelo período previsto para a sua substituição. Os custos com pequenas manutenções periódicas e rotineiras são reconhecidos no resultado quando incorridos.

A depreciação dos ativos em plena operação é calculada pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, as quais são praticadas pelas empresas do setor elétrico brasileiro e representam a vida útil estimada dos bens. O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

c) Avaliação do valor de recuperação do imobilizado – *Impairment*

A Companhia avalia, no mínimo anualmente, os bens do ativo imobilizado com a finalidade de identificar evidências que possam levar a perdas de valores não recuperáveis das respectivas unidades geradoras de caixa, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que os seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa provisão para perda (*impairment*) é reconhecida no resultado do exercício.

O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre o seu valor em uso e o seu valor justo de venda, líquido dos custos necessários para a realização da venda. O valor em uso corresponde aos fluxos de caixa descontados, antes dos impostos, gerados pela utilização do ativo durante a sua vida útil.

d) Intangível

São registrados ao custo de aquisição ou pelo valor justo dos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócio.

Adicionalmente, a Companhia reconheceu intangível oriundo do direito de extensão de concessão, em decorrência da adesão à repactuação do risco hidrológico de forma a compensar a Companhia pelos custos incorridos no passado, conforme previsto nas Leis nº 14.052/2020, nº 14.182/2021 e resolução autorizativa nº 16.467/2025, ao valor justo, o qual é, usualmente, equivalente ao valor definido e disponibilizado pela Aneel. Este direito foi reconhecido quando o direito se tornou virtualmente certo, em contrapartida da rubrica “Direito de extensão de concessão”.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados pelo método linear, com base nos contratos comerciais ou de concessão.

e) Distribuição de dividendos

Os dividendos são reconhecidos como passivo nos seguintes momentos: (i) dividendos mínimos obrigatórios – quando do encerramento do exercício; (ii) dividendos intercalares e intermediários – quando de sua aprovação pela Diretoria Executiva; e (iii) dividendos adicionais propostos no encerramento do exercício – quando de sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária (AGO).

f) Transações entre partes relacionadas

As transações de compra e de venda de energia, de prestação de serviços e de emissão e compra de instrumentos financeiros são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados, as quais são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos.

g) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição. As demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes juros e variações monetárias incorridos.

h) Reconhecimento da receita de venda de energia

A receita é mensurada com base na contraprestação precificada no contrato com o cliente, pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos tributos incidentes sobre ela.

A receita é reconhecida conforme os contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida mensalmente, dado que o cliente simultaneamente recebe e consome os benefícios fornecidos pela Companhia, conseqüentemente, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber quando a energia é efetivamente entregue ao cliente.

i) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

São segregados no balanço patrimonial e no resultado entre impostos correntes e diferidos.

i.1) Imposto de renda e contribuição social correntes

São calculados individualmente de acordo com as bases tributárias e as alíquotas vigentes na data da apresentação das demonstrações financeiras e são apresentados de forma líquida no balanço patrimonial, quando os tributos correspondem às mesmas entidades tributárias e serão quitados pelo valor líquido.

O benefício fiscal da dedução de imposto de renda, para empreendimentos construídos em região incentivada, é reconhecido como redutor da despesa de imposto de renda e transferido da rubrica “Lucros acumulados” para “Reserva de incentivo fiscal”, no patrimônio líquido.

i.2) Imposto de renda e contribuição social diferidos

São calculados aplicando-se as alíquotas efetivas previstas para os exercícios sociais em que se espera realizar ou exigir as diferenças temporárias – diferenças entre o valor contábil dos ativos e dos passivos e sua base fiscal –, ou compensar os prejuízos fiscais e as bases negativas de contribuição social, quando aplicável. Esses tributos diferidos são integralmente apresentados no grupo “não circulante”, de forma líquida, independente da expectativa de realização e da exigibilidade dos valores que lhes dão origem.

j) Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações financeiras. Para apurar essas estimativas, a Administração utiliza as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando, ainda, pressupostos relativos a eventos futuros.

As demonstrações financeiras incluem, portanto, estimativas relativas, principalmente, (i) à definição de vida útil do ativo imobilizado e intangível; (ii) ao teste de redução ao valor recuperável dos ativos de longa duração; (iii) taxa de desconto aplicada nas concessões a pagar (UBP) e (iv) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.

k) Novas normas, alterações e interpretações

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu novos pronunciamentos e revisões às normas existentes. A relação destas revisões aplicáveis e adotadas pela Companhia e respectivos impactos é apresentada a seguir:

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27 Contempla as alterações trazidas pelo <i>Lack of Exchangeability</i> emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.	05.07.2024	01.01.2025	Sem impactos relevantes.
Orientação Técnica OCPC nº 10 A OCPC 10 trata dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciação de créditos de carbono (tCO ₂ e), permissões de emissão (<i>allowances</i>) e créditos de descarbonização (CBIO) a serem observados pelas entidades na originação e aquisição para cumprimento de metas de descarbonização (aposentadoria) ou negociação, bem como dispor sobre os passivos associados, sejam eles decorrentes de obrigações legais ou não formalizadas, conforme definido no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	18.10.2024	01.01.2025	Sem impactos relevantes.
Pronunciamento Técnico CPC nº 18 (R3) e Interpretação Técnica ICPC nº 09 (R3) As alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), tiveram como objetivo o alinhamento das normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.	02.08.2024	01.01.2025	Sem impactos relevantes.

(1) Sem correspondente direto nas normas internacionais.

a) Novas normas, alterações e interpretações ainda não vigentes

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Pronunciamentos Técnicos CBPS nº 01 CBPS nº 02 Os novos pronunciamentos abordam os requisitos e as diretrizes relacionados à sustentabilidade corporativa, alinhando-se aos padrões internacionais estabelecidos pelo IFRS S1 e IFRS S2. Essas normas visam promover maior transparência e padronização na divulgação de informações ambientais, sociais e de governança (ESG), bem como os impactos financeiros relacionados ao clima.	12.09.2024	01.01.2026	Sem impactos relevantes.
CPC 51 O CPC 51 substitui o CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Financeiras, transportando diversas das exigências do CPC 26 (R1) não alteradas e complementando-as com as novas exigências. Além disso, alguns parágrafos do CPC 26 (R1) foram movidos para o CPC 23 (R2) - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação. A nova norma exige aplicação retrospectiva com disposições de transição específicas.	10.10.2025	01.01.2027	A Companhia espera que a aplicação dessas alterações tenha um impacto significativo sobre as demonstrações financeiras no futuro. Atualmente, a Companhia está em fase de estudo e adequação dos processos internos visando o cumprimento da norma.

NOTA 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2025	31.12.2024
Caixa e depósitos bancários à vista	15.217	10.478
Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa	204.521	-
Aplicações financeiras em certificado de depósito bancário - CDB	-	87.361
	219.738	97.839

A Companhia é participante dos fundos de investimento exclusivos (FIE) Energy Renda Fixa e Energy Prime Renda Fixa, cuja gestão é feita pelo Banco Santander e pelo Banco BTG Pactual, respectivamente, de sua controladora, ENGIE Brasil Energia, concentrando suas aplicações financeiras neste fundo. A rentabilidade média do fundo nos anos de 2025 e de 2024 foi de cerca de 99,7% e 99,6% do CDI (taxa referencial dos Certificados de Depósitos Interbancários), respectivamente.

NOTA 5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Em 31.12.2025, o saldo de R\$ 47.50 (R\$ 45.960 em 31.12.2024) refere-se aos valores vincendos a receber dos contratos decorrentes da venda de energia no ACR. O prazo médio de recebimento da energia vendida por meio de contratos é de aproximadamente 22 dias, contados do primeiro dia do mês subsequente à venda.

Em 31.12.2025 e 31.12.2024, a Companhia não apresentava valores vencidos em suas contas a receber. A Companhia não reconheceu perdas de crédito esperadas, haja vista sua experiência de perda de crédito histórica e sua expectativa no recebimento destes créditos.

NOTA 6. PRÊMIO DE RISCOS A APROPRIAR – REPACTUAÇÃO DE RISCO HIDROLÓGICO A APROPRIAR

Em dezembro de 2015, a Aneel concedeu anuência ao acordo de repactuação do risco hidrológico relativo à energia que estava vendida no ACR. Como condição para a adesão ao referido acordo, a Companhia formalizou a desistência de qualquer disputa judicial com a Aneel que impedia a aplicação direta do mecanismo de redução de garantia física, denominado GSF.

As regras da repactuação estabeleceram opções de escolha do nível de risco hidrológico a ser assumido pelos geradores que, em contrapartida, assumiram o compromisso de pagar um prêmio de risco definido pela Aneel ao longo do prazo do contrato de venda de energia no ACR. Com base no novo patamar de risco definido nos termos da repactuação, o GSF correspondente ao ano de 2015 foi recalculado, resultando em um excedente de pagamento em relação ao valor apurado, cujo montante vem sendo compensado com os “prêmios de risco” devidos pela Companhia, calculados a valor presente.

Esse prêmio de risco a apropriar é amortizado de forma linear, sendo os valores amortizados, em 2025 e 2024, de R\$ 2.294.

NOTA 7. DEPÓSITOS VINCULADOS

Em 31.12.2025, a Companhia mantinha R\$ 19.280 (R\$ 26.730 em 31.12.2024) relativos a garantias vinculadas ao contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Essas garantias visam assegurar ao credor o pagamento dos serviços da dívida em caso de inadimplemento da beneficiária, conforme previsto nos instrumentos contratuais. O depósito vinculado corresponde ao montante mínimo equivalente a três meses do serviço da dívida. Contudo, nos termos dos *covenants* do contrato, caso o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) não seja atingido, a Companhia deverá elevar o saldo da Conta Reserva do Serviço da Dívida para valor equivalente a seis meses do serviço da dívida.

NOTA 8. IMOBILIZADO

a) Composição

	Taxa média de depreciação	31.12.2025			31.12.2024
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Máquinas e equipamentos	3,6%	466.039	(155.333)	310.706	320.759
Reservatórios, barragens e adutoras	3,9%	400.816	(92.963)	307.853	319.710
Edificações e benfeitorias	3,9%	359.006	(87.880)	271.126	277.899
Outros	10,3%	4.201	(1.786)	2.415	1.036
		1.230.062	(337.962)	892.100	919.404
Em curso					
		80.575	-	80.575	75.766
		1.310.637	(337.962)	972.675	995.170

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado periodicamente, sendo que em 31.12.2025 e 31.12.2024 a Administração da Companhia avalia que não há indicadores que resultem na necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável de ativos.

b) Mutação do ativo imobilizado

	Máquinas e equipamentos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações e benfeitorias	Outros	Imobilizado em curso	Total
Saldos em 31.12.2023	334.941	328.028	285.528	1.078	55.726	1.005.301
Ingressos ¹	-	-	-	-	22.747	22.747
Transferências	198	-	-	-	(198)	-
Baixas	(509)	-	-	-	(537)	(1.046)
Depreciação	(13.871)	(8.318)	(7.629)	(42)	-	(29.860)
Outros ²	-	-	-	-	(1.972)	(1.972)
Saldos em 31.12.2024	320.759	319.710	277.899	1.036	75.766	995.170
Ingressos ¹	-	-	-	-	9.473	9.473
Transferências	4.322	(2.936)	1.378	1.900	(4.664)	-
Depreciação	(14.375)	(8.921)	(8.151)	(521)	-	(31.968)
Saldos em 31.12.2025	310.706	307.853	271.126	2.415	80.575	972.675

1) Os ingressos referem-se a desenvolvimento de sistemas de comunicação, sistemas de auscultação, tubulações do sistema de resfriamento e automações e segurança.

2) O montante refere-se à reversão de contingências do período da construção da Usina, foi julgada improcedente em 3ª instância, resultando em ressarcimento de seguros.

c) Depreciação dos ativos que integram o Projeto Original da Usina

O Administração da Companhia, com base exclusivamente na interpretação da Lei nº 8.987/95 e do Decreto nº 2.003/96, considera que não há total garantia quanto à indenização pelo Poder Concedente do valor residual dos bens que integram o Projeto Original. Dessa forma, estes ativos são depreciados com base nas taxas determinadas pela Aneel, limitadas ao prazo da concessão, embora, a legislação e os contratos prevejam a possibilidade da sua renovação.

Não há saldos de ativos totalmente depreciados em 31.12.2025 e 31.12.2024.

NOTA 9. INTANGÍVEL

a) Composição

	Período de amortização	31.12.2025			31.12.2024
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Direito de uso de ativo	Até 2048	603.367	(224.374)	378.993	398.960
Direito de extensão de concessão	Até 2048	15.529	(3.008)	12.521	13.247
Outros	Até 2048	20.693	(16.713)	3.980	6.066
		639.589	(244.095)	395.494	418.273

a.1) Direito de uso de ativo

Refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico e sistema de transmissão associado à UHE Santo Antônio do Jari. É constituído pelo valor total da contraprestação do direito relacionado com o uso do bem público até o final do contrato de concessão, a valor presente, registrados em contrapartida do passivo e capitalizados pelos juros incorridos da obrigação até a data de entrada em operação da Usina. Em decorrência da aplicação do dispositivo de extensão de concessão, o Direito de uso de ativo relativo ao UBP foi recalculado para incluir o período adicional de Concessão.

a.2) Direito de extensão de concessão

Os geradores hidrelétricos que participam do MRE obtiveram pela Lei nº 13.203, de 08.12.2015, alterada pela Lei 14.052/2020, o direito à compensação pelo agravamento do GSF entre os anos de 2012 e 2023, decorrente de fatores alheios ao risco hidrológico. Em 2020, foi editada a Resolução Normativa Aneel nº 895, a qual estabeleceu a metodologia para o cálculo da compensação e os procedimentos para a repactuação do risco hidrológico. As Resoluções Homologatórias nº 2.919/2021 e nº 2.932/2021, posteriormente complementada pela Resolução Homologatória nº 3.439/2025 homologaram o prazo de extensão das outorgas em 302 dias para a Companhia.

b) Mutação do intangível

	Direito de uso de ativo	Direito de extensão de concessão	Outros	Total
Saldos em 31.12.2023	418.906	13.883	7.893	440.682
Baixas	-	-	(9)	(9)
Amortização	(19.946)	(636)	(1.818)	(22.400)
Saldos em 31.12.2024	398.960	13.247	6.066	418.273
Ingressos	-	-	579	579
Amortização	(19.967)	(726)	(2.665)	(23.358)
Saldos em 31.12.2025	378.993	12.521	3.980	395.494

c) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

A Companhia avalia, no mínimo anualmente, a existência de eventos que possam levar à perda de valores não recuperáveis dos intangíveis. Em 2025 e 2024, não houve quaisquer indicativos que resultaram na redução do valor recuperável dos intangíveis da Companhia.

NOTA 10. FORNECEDORES

	31.12.2025	31.12.2024
Encargos de uso da rede elétrica	86.091	92.460
Fornecedores de materiais e serviços	10.889	19.248
Energia elétrica comprada	10.336	2.216
	107.316	113.924

NOTA 11. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação de riscos dos seus negócios, segue integralmente as regras do Fórum de Gerenciamento de Riscos da ENGIE Brasil Energia, sua controladora. Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um destes fatores de risco:

a) Risco de mercado

Esse risco está relacionado com a possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuação de taxas de juros aplicadas aos seus passivos, resultando em efeitos em suas despesas financeiras. A Companhia está exposta à taxa de juros e a índices flutuantes relacionados às variações da TJLP e do IPCA.

A totalidade dos contratos de venda de energia em vigor possui cláusula de reajuste inflacionário, com a aplicação de IPCA, o que representa um hedge natural de longo prazo para o financiamento.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade preparada pela Companhia. O cenário-base provável para o ano de 2026 foi definido por meio das premissas disponíveis no mercado (Fonte: Relatório Focus do Banco Central do Brasil).

Risco de variação	Variação 12 meses	Cenário Provável	Sensibilidade		
	31.12.2025	31.12.2026	Provável	Δ + 25% (*)	Administração
TJLP	9,1%	9,2%	0,1 p.p.	2,3 p.p.	-0,4 p.p.
IPCA	4,3%	4,0%	-0,3 p.p.	1,0 p.p.	0,0 p.p.

(*) Variações sobre o cenário provável de 2026.

A sensibilidade provável foi calculada com base nas variações entre os índices do ano de 2025 e os previstos no cenário provável para 2026, e demonstram os eventuais impactos adicionais no resultado da Companhia. As demais sensibilidades apresentadas foram apuradas com base (i) na variação de 25%; e (ii) nas estimativas da Administração sobre o cenário projetado, as quais correspondem a avaliação da Administração de alteração razoavelmente possível nas taxas de juros e índices flutuantes para 2026. As variações que poderão impactar o resultado e, conseqüentemente, o patrimônio líquido de 2026, em comparação com o ano de 2025, caso tais cenários se materializem, são estas:

	Saldos em 31.12.2025	Sensibilidade		
		Provável	Δ + 25%	Administração
Financiamento				
TJLP	299.069	(234)	(4.478)	742
Concessões a pagar (Uso de Bem Público)				
IPCA	34.681	36	(759)	(41)

b) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia administra o seu capital de modo a maximizar o retorno dos investidores por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida que proporcionem o retorno de capital aos seus investidores.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (financiamento, deduzidos dos depósitos vinculados ao serviço da dívida e do caixa e equivalentes de caixa) e pelo patrimônio líquido. A relação da dívida líquida pelo patrimônio líquido foi esta:

	31.12.2025	31.12.2024
Financiamento	299.069	345.304
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(219.738)	(97.839)
(-) Depósitos vinculados ao serviço da dívida	(19.280)	(26.730)
Dívida líquida	60.051	220.735
Patrimônio líquido	1.096.664	945.944
Endividamento líquido / Patrimônio líquido	0,1	0,2

c) Risco de crédito

As transações relevantes para os negócios da Companhia em que há exposição ao risco de crédito são as vendas de energia e as aplicações financeiras.

Nas operações de venda de energia, a Companhia minimiza o seu risco de crédito por meio da utilização de um mecanismo de constituição de garantias envolvendo os recebíveis de seus clientes.

No que tange à aplicação no mercado financeiro, os recursos disponíveis da Companhia são alocados nos fundos exclusivos Energy Renda Fixa Fundo de Investimento Exclusivo (FIE) e Energy Prime Renda Fixa Fundo de Investimento Exclusivo (FIE), cuja gestão é feita pelo Banco Santander e Banco BTG Pactual, respectivamente, o qual tem como política a alocação de seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco. Em 31.12.2025, esse fundo possuía 100% de sua carteira em ativos com risco de crédito do Governo Brasileiro, todos com liquidez diária. De acordo com o planejamento financeiro da Companhia, os recursos desse fundo serão utilizados no curto prazo, reduzindo substancialmente o risco de quaisquer efeitos significativos nos seus rendimentos, em decorrência de eventual redução da taxa básica de juros da economia brasileira.

d) Risco de liquidez

A Companhia, para assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações, utiliza uma política de caixa mínimo, revisada anualmente com base nas projeções de caixa e monitorada mensalmente. A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

No demonstrativo a seguir apresenta-se o perfil previsto de liquidação dos principais passivos financeiros da Companhia registrados em 31.12.2025. Os valores foram determinados com base nos fluxos de caixa não descontados previstos, considerando a estimativa de amortização de principal e pagamento de juros futuros, quando aplicável. Para a dívida com juros pós-fixados o valor foi obtido com base na curva de juros do encerramento do exercício.

	Até 1 ano	De 2 a 3 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Fluxo de caixa contratual	Contábil
Fornecedores	107.316	-	-	-	107.316	107.316
Concessões a pagar (Uso de Bem Público)	3.010	6.286	6.286	47.136	62.718	34.681
Financiamento	56.032	139.696	122.587	23.384	341.699	299.069
	166.358	145.982	128.873	70.520	511.733	441.066

e) Risco hidrológico

O suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN) é gerado, na sua maior parte, por usinas hidrelétricas. Como o SIN opera em sistema de despacho otimizado e centralizado pelo ONS, cada usina hidrelétrica está sujeita a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na região geográfica em que opera como em outras regiões do País.

A ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis, em conjunto com a obrigação de entrega da energia assegurada, poderá resultar em uma exposição da Companhia ao mercado de energia de curto prazo, o que pode afetar os seus resultados financeiros futuros. Entretanto, quase a totalidade da capacidade de geração hidrelétrica da Companhia está inserida no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) que distribui o risco hidrológico por todas as usinas vinculadas a ele.

A garantia física da Usina é de 211 MW médios, das quais a energia segurada foi comercializada no ACR através de 2 contratos, sendo um contrato de 190 MW médios e outro contrato de 20,9 MW médios. Para reduzir a exposição a este risco, a Companhia aderiu à proposta de repactuação do risco hidrológico, para o montante de energia contratado no ACR, pela transferência de 92% deste risco hidrológico remanescente para o contrato de 190MW médios e 87% para o contrato de 20,9MW médios.

f) Categoria dos instrumentos financeiros

	31.12.2025	31.12.2024
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Aplicações financeiras	204.521	87.361
Custo amortizado		
Caixa e depósitos bancários à vista	15.217	10.478
Contas a receber de clientes	47.050	45.960
Depósitos vinculados	19.280	26.730
	286.068	170.529
Passivos financeiros		
Custo amortizado		
Fornecedores	107.316	113.924
Financiamento	299.069	345.304
Concessões a pagar (Uso de Bem Público)	34.681	35.669
	441.066	494.897

As aplicações financeiras estão avaliadas pelos preços cotados em mercado ativo (Nível 1).

NOTA 12. FINANCIAMENTO

a) Mutações

Saldos em 31.12.2023	395.740
Juros e variação monetária	31.749
Amortização do principal	(53.420)
Amortização de juros	(28.765)
Saldos em 31.12.2024	345.304
Juros e variação monetária	32.910
Amortização do principal	(54.316)
Amortização de juros	(24.829)
Saldos em 31.12.2025	299.069
Passivo circulante	56.032
Passivo não circulante	243.037
	299.069

b) Vencimentos do financiamento apresentado no passivo não circulante

Ano	Valor
2027	55.027
2028	55.027
2029	55.027
2030	55.027
2031	22.929
	243.037

c) Condição contratada

	Condições de pagamento			Saldos em 31.12.2025
	Remuneração	Vencimento	Principal e encargos	
Financiamento				
Moeda nacional				
BNDES	TJLP + 1,86% a.a.	05.2031	Mensal	299.069

d) Garantias

As garantias são as seguintes: (a) cessão dos direitos emergentes das concessões; (b) cessão de direitos creditórios; (c) penhor da totalidade das ações representativas do capital social das controladas; (d) contas reserva em montante equivalente a 3 ou 6 meses do serviço da dívida; e (e) fiança corporativa.

e) Compromissos contratuais (covenants)

Dívida	Covenants	Medição em 31.12.2025
Financiamento		
BNDES	(i) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) ¹ \geq 1,20 e (ii) Índice de Capitalização (ICP) ² \geq 20%	(i) 3,07 (ii) 65%

1) Índice de cobertura do serviço da dívida: Geração de caixa da atividade / Serviço da dívida.

2) Índice de Capitalização: Patrimônio Líquido / Ativo total

Os compromissos financeiros estabelecidos no contrato de financiamento estão sendo cumpridos pela Companhia e são apurados anualmente, conforme estabelecido neste contrato.

NOTA 13. CONCESSÃO A PAGAR

a) Mutação da concessão a pagar

A Companhia possui contrato de concessão com a União para a utilização do bem público para a geração de energia elétrica na Companhia. As características dos negócios e dos contratos indicam a condição e a intenção das partes de executá-los integralmente.

Considerando que os valores contratuais estão a preços futuros, a Companhia procedeu ao seu ajuste a valor presente com base em taxa de desconto de referência na data da assunção da obrigação. A taxa de desconto utilizada para a concessão a pagar foi de 6,86% a.a., prevista no Edital de Concorrência para a licitação da concessão. As obrigações são atualizadas anualmente pelo IGP-M.

Saldo em 31.12.2023	34.189
Juros e variação monetária	4.421
Amortizações	(2.941)
Saldo em 31.12.2024	35.669
Juros e variação monetária	2.069
Amortizações	(3.057)
Saldo em 31.12.2025	34.681
Passivo circulante	3.010
Passivo não circulante	31.671
	34.681

b) Valores originais contratados

Os valores nominais e atualizados, em 31.12.2025, são os que seguem:

	Valor original		Valor atualizado	
	Pagamento anual	Pagamento total	Pagamento anual	Pagamento total
Até 01.12.2045	574	11.433	3.120	62.828

c) Vencimentos da concessão a pagar apresentada no passivo não circulante

Ano	Valor
2.027	2.838
2.028	2.655
2.029	2.485
2.030	2.325
2.031	2.176
2032 a 2036	8.956
2037 a 2045	10.236
	31.671

NOTA 14. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

a) Composição das contingências de riscos prováveis

	31.12.2025	31.12.2024
Fiscais	647	647
Cíveis	44	9
Trabalhistas	71	64
	762	720

a.1) Mutação das provisões

	Fiscais	Cíveis	Trabalhista	Total
Saldos em 31.12.2023	647	11	2.995	3.653
Adições de constituição	20	110	-	130
Atualizações	-	-	(975)	(975)
Reversão por pagamento	-	(109)	-	(109)
Reversão por revisão	(20)	(3)	(1.956)	(1.979)
Saldos em 31.12.2024	647	9	64	720
Adições de constituição	-	150	-	150
Atualizações	-	11	9	20
Reversão por pagamento	-	(126)	-	(126)
Reversão por revisão	-	-	(2)	(2)
Saldos em 31.12.2025	647	44	71	762

b) Composição das contingências de riscos possíveis e remotos

A Companhia é parte em processos judiciais que, na avaliação de seus consultores jurídicos e de sua Administração, não apresentam risco provável de desembolso futuro e, por esse motivo, os valores relativos a esses processos não são provisionados.

b.1) Riscos possíveis

	31.12.2025	31.12.2024
Cíveis	10	48.787
Fiscais	1.144	598
Trabalhistas	-	59
	1.154	49.444

b.2) Riscos remotos

	31.12.2025	31.12.2024
Fiscais	36.254	34.467
Cíveis	14.354	125.802
Trabalhistas	-	323
	50.608	160.592

NOTA 15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

O imposto de renda e contribuição social diferidos, ativo e passivo, estão apresentados de forma líquida, como segue:

c) Composição

Natureza	31.12.2025			31.12.2024	
	Base de cálculo	IR	CSLL	Total	Total
Passivo:					
Uso do Bem Público (UBP)	40.159	10.040	3.614	13.654	14.748
Remuneração de contrato de concessão	25.392	6.348	2.285	8.633	131.341
Licença ambiental	14.920	3.730	1.343	5.073	6.012
Repactuação de risco hidrológico	12.521	3.130	1.127	4.257	4.505
Outros	9.716	2.429	874	3.303	5.643
		25.677	9.243	34.920	162.249
Ativo:					
Uso do Bem Público (UBP)	62.828	15.707	5.655	21.362	22.570
Direito de uso de ativo	24.955	6.239	2.246	8.485	-
Licença ambiental	12.059	3.015	1.085	4.100	4.178
Provisões para riscos tributários, cível e trabalhistas	761	190	68	258	25
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	-	-	-	-	27.635
Outros	75	19	7	26	228
		25.170	9.061	34.231	54.636
Valor líquido		507	182	689	107.613

d) Expectativa de realização e exigibilidade

	Ativo	Passivo
2026	1.839	1.958
2027	1.960	1.958
2028	1.956	2.170
2029	1.824	1.958
2030	1.824	1.958
2031 a 2033	5.471	4.148
2034 a 2036	5.471	3.325
2037 a 2039	5.471	3.325
2040 a diante	8.415	14.120
	34.231	34.920

NOTA 16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Companhia em 31.12.2025 e 31.12.2024 era de R\$ 650.824 , representado por 25.793.746 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Em 21.03.2025 celebrou-se o contrato de compra e venda entre ENGIE Brasil Energia S.A, na qualidade de compradora, e EDP Energias do Brasil S.A. e China Three Gorges Energia S.A., na qualidade de vendedoras, para aquisição da totalidade das ações de emissão da Companhia Energética do Jari - CEJA A conclusão da operação ocorreu em 13.08.2025, após o cumprimento das condições precedentes estabelecidas contratualmente. A composição acionária é apresentada abaixo, demonstrando a movimentação ocorrida no ano de 2025:

Acionista	31.12.2025		31.12.2024	
	Quantidade de ações	% Participação	Quantidade de ações	% Participação
ENGIE Brasil Energia S.A.	25.793.746	100%	-	-
EDP Energias do Brasil S.A.	-	-	12.896.873	50%
China Three Gorges Energia S.A.	-	-	12.896.873	50%

b) Reservas de lucros

A composição das reservas de lucros é demonstrada a seguir:

	31.12.2025	31.12.2024
Reserva legal	59.813	46.075
Reserva de incentivos fiscais	192.140	155.279
Reserva de retenção de lucros	193.887	93.766
	445.840	295.120

b.1) Reserva legal

Do lucro líquido do exercício, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social da Companhia. A referida reserva tem a finalidade de assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social.

b.2) Reserva de incentivos fiscais

A reserva é constituída mediante destinação da parcela do resultado do exercício equivalente ao benefício fiscal concedido pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). Corresponde à redução de 75% no imposto de renda calculado sobre o lucro da exploração das atividades desenvolvidas pelas usinas detentoras do benefício.

b.3) Reserva de retenção de lucros

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 30.04.2025, aprovou R\$ 93.766 para a criação da reserva de retenção de lucro, referente ao lucro do exercício de 2024.

A Companhia está propondo o montante de R\$ 100.121 referente ao lucro do exercício de 2025 para compor a reserva de retenção de lucros.

NOTA 17. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

a) Mutação dos dividendos a pagar e juros sobre capital próprio

Saldos em 31.12.2023	59.912
Dividendos adicionais aprovados no exercício corrente	77.474
Juros sobre capital próprio, líquido	42.276
Dividendos pagos no exercício corrente	(137.386)
Saldos em 31.12.2024	42.276
Dividendos adicionais aprovados no exercício corrente	33.624
Dividendos mínimos obrigatórios do exercício corrente	22.416
Juros sobre capital próprio, líquido	57.800
Juros sobre capital próprio pagos no exercício corrente	(42.276)
Saldos em 31.12.2025	113.840

NOTA 18. CONCILIAÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A tabela a seguir apresenta a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida apresentada nas demonstrações dos resultados.

	2025	2024
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
Suprimento de energia elétrica	414.191	401.256
Transações no mercado de curto prazo	12.614	5.866
Indenizações	9.324	-
	436.129	407.122
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL		
PIS e Cofins	(37.929)	(35.632)
ICMS	-	(3.752)
Pesquisa e desenvolvimento	(3.695)	(3.521)
Outras deduções	-	(10.976)
	(41.624)	(53.881)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	394.505	353.241

NOTA 19. CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS, NO RESULTADO

	2025			2024
	IR	CSLL	Total	Total
Resultado antes dos tributos	196.445	196.445	196.445	191.482
Alíquota nominal	25%	9%	34%	34%
Despesas às alíquotas nominais	(49.111)	(17.680)	(66.791)	(65.104)
Diferenças permanentes				
Incentivos fiscais	36.861	-	36.861	32.028
Juros sobre capital próprio	17.000	6.120	23.120	16.911
Ajustes de exercícios anteriores	55.759	20.070	75.829	-
Outros	6.852	2.444	9.296	8.607
	67.361	10.954	78.315	(7.558)
Composição dos tributos no resultado				
Corrente	(3.945)	(24.665)	(28.610)	(10.321)
Diferido ¹	71.306	35.619	106.925	2.763
	67.361	10.954	78.315	(7.558)
Alíquota efetiva	-34%	-6%	-40%	4%

(1) Mais detalhes vide Nota 15 – Imposto de renda e contribuição social diferidos.

NOTA 20. COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

A Companhia possui os seguintes compromissos de longo prazo considerados relevantes:

a) Contrato de venda de energia elétrica

A Companhia participou do 11º Leilão de Energia Nova realizado em 2015 e do 15º Leilão de Energia Nova realizado em 2017, no qual foi vendido para as distribuidoras de energia elétrica que participam do ACR, durante 30 anos, a partir de 01.01.2015 e 01.01.2027, respectivamente. Em 31.12.2025, o saldo remanescente do contrato é de R\$ 8.234.002.

b) Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (CUST)

A Companhia mantém contrato com o Operador Nacional do Sistema (ONS) para o uso do sistema de transmissão, cuja vigência é pelo prazo da concessão ou a extinção das empresas transmissoras, o que ocorrer primeiro. Em 31.12.2025, o saldo a realizar do contrato é de R\$ 1.031.632.

c) Contrato de Operação e Manutenção (O&M)

A Companhia mantém contrato de operação e manutenção, vigente até 2027. Os valores contratados são atualizados, anualmente, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). O compromisso futuro, na data base 31.12.2025, era de R\$ 4.322.

d) Contratos repactuação do risco hidrológico

A dezembro de 2015, a Companhia aderiu a repactuação do risco hidrológico de usinas cuja energia foi comercializada no mercado regulado. Esta repactuação se deu por meio da transferência do risco hidrológico ao consumidor, mediante pagamento de prêmio de risco pela Companhia.

Com base no novo patamar de risco definido, o GSF correspondente ao ano de 2015 foi recalculado, resultando em um montante pago a maior que vem sendo compensado com os prêmios de risco devidos pela Companhia. Os pagamentos estimados desses prêmios de risco, após a compensação dos referidos montantes, em 31.12.2025, é de R\$ 122.832.

NOTA 21. PARTES RELACIONADAS E REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

a) Remuneração dos administradores

No exercício findo em 31.12.2025 os administradores não receberam remuneração nem benefícios, em razão de renúncia a esse direito. Os administradores da Companhia são remunerados pela controladora ENGIE Brasil Energia S.A e as despesas com tal remuneração compõem o preço da prestação de serviços administrativos.

b) Valores reconhecidos em contas patrimoniais e de resultado

	ATIVO		PASSIVO		RESULTADO		
	Contas a receber	JCP Dividendos	Fornecedores	Outros passivos	Venda de energia	Compra de energia	Encargos de uso da rede elétrica e conexão
ENGIE	-	80.216	10.237	3.331	-	25.176	-
Novo Estado Transmissora de Energia S.A.	-	-	-	-	-	-	139
Gralha Azul Transmissão de Energia S.A.	-	-	-	-	-	-	85
Graúna Transmissora de Energia S.A.	-	-	-	-	-	-	4
31.12.2025	-	80.216	10.237	3.331	-	25.176	228
EDP Energias do Brasil S.A. ¹	2.503	-	13.707	2.265	18.662	(15.561)	-
31.12.2024	2.503	-	13.707	2.265	18.662	(15.561)	-

1) As transações entre partes relacionadas apresentadas em 31.12.2024, referem-se as transações entre empresas da EDP Energias do Brasil S.A, detentora das ações da Companhia no encerramento do mesmo período. Maiores detalhes, vide Nota explicativa 16 – Patrimônio Líquido.

NOTA 22. SEGUROS

A Companhia é participante da apólice de seguro internacional de danos à propriedade e interrupção de negócios – *Property Damage and Business Interruption (PDBI)* – do programa de seguros de sua controladora ENGIE Brasil Energia. A vigência do seguro é até 31.05.2026 e o valor de cobertura é de R\$ 1.110.215 relativa a danos materiais e R\$ 374.368 relativa a lucros cessantes.

(Nominata de assinaturas das Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025, da Companhia Energética do Jari - CEJA)

DIRETORIA EXECUTIVA

Marcelo Brugnaro Schultz
Diretor Executivo

Fabício Schiller Oliveira
Diretor Administrativo e Financeiro

José Carlos Borgmann
Diretor Técnico-Operacional

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Márcio dos Santos Rosa
Contador - CRC SC 023609/O-7



Shape the future
with confidence

Tarumã Office
Rua 7 de Setembro, 1600
13º andar - Salas 1302 e 1303 - Centro
89010-204 - Blumenau - SC - Brasil
Tel: +55 47 2111-0700
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
COMPANHIA ENERGÉTICA DO JARI - CEJA
Florianópolis-SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **COMPANHIA ENERGÉTICA DO JARI - CEJA** (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório datado em 28 de fevereiro de 2025, sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante,



Shape the future
with confidence

inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.




Shape the future
with confidence

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras , inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Blumenau (SC), 27 de março de 2026

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SC-000048/F


Adilvo França Junior
Contador CRC BA-021419/O